Universidades Lusíada

Matias, Maria Aurora, 1948-

Escolas de serviço social : funcionamento democrático e aprendizagem da cidadania

http://hdl.handle.net/11067/3985

Metadados

Data de Publicação 1996

Resumo Na sua prática os Assistentes Sociais lidam essencialmente com indivíduos, famílias, grupos e populações que sofrem de tais carências que os impedem de terem acesso a educação, à saúde, a segurança social e ao trabalho e consequentemente estão impedidos de praticar os direitos civis e políticos no sentido dos seus interesses. Os Assistentes Sociais actuam sobre todas as necessidades dos indivíduos que vivem em situação de exclusão e pobreza. No seu espaço de intervenção, atravessado por varias c...

Palavras Chave Assistentes sociais - Formação, Cidadania

Tipo article

Revisão de Pares no

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 13-14 (1996)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T05:32:15Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL FUNCIONAMENTO DEMOCRÁTICO E APRENDIZAGEM DA CIDADANIA

M.ª Aurora Matias *

INTRODUÇÃO

Na sua prática os Assistentes Sociais lidam essencialmente com indivíduos, famílias, grupos e populações que sofrem de tais carências que os impedem de terem acesso à educação, à saúde, à segurança social e ao trabalho e consequentemente estão impedidos de praticar os direitos civis e políticos no sentido dos seus interesses. Os Assistentes Sociais actuam sobre todas as necessidades dos indivíduos que vivem em situação de exclusão e pobreza. No seu espaço de intervenção, atravessado por várias contradições, os excluídos procuram conquistar e apropriar-se de bens e serviços, e obter mais poder [1]. Por sua vez os Assistentes Sociais procuram exercer uma mediação entre a população e as instituições/organizações, fornecedoras de bens e serviços, procurando articular as necessidades com o acesso à condição de usuário dos serviços. As condições em que se efectua a mediação e o sentido que lhe é atribuído poderão contribuir para a aquisição da cidadania,[2] ou, pelo contrário, transformar os indivíduos em usuários servis de bens e serviços, incluindo do próprio Serviço Social. 0 sentido e o resultado da prática dos Assistentes Sociais dependem de condições externas à profissão e de condições internas. Entre estas, considero de particular importância a formação que os futuros profis-

---

* Docente no ISSSL.

[1] Falcão, 1986, pág. 9-30.

[2] A cidadania segundo Marshall "é o conteúdo da pertença igualitária a uma dada comunidade política, afere-se pelos direitos e deveres que o constituem e pelas instituições a que dá azo para ser socialmente eficaz. A cidadania não, por isso monolítica: é constituída por diversos tipos de direitos, instituições e produtos de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes", In Santos, 1994, cap. 8, pág. 210.

sionais adquirem nas escolas por ser aí que formam ou fundamentam o seu quadro de referencias teórico/ideológico e aprendem o ser e o fazer profissional.

Sendo a aquisição da cidadania, por parte dos sujeitos alvo da intervenção, a questão central da prática profissional, procurarei reflectir sobre alguns aspectos que nas escolas, poderão contribuir para a aprendizagem dessa prática:

- O ensino/aprendizagem da teoria
- A produção de conhecimentos e sua difusão e utilização
- As relações com o exterior
- A gestão democrática e o trabalho em conjunto

O ENSINO APRENDIZAGEM DA TEORIA

O ensino/aprendizagem da teoria em qualquer curso do ensino superior não pode assumir um carácter meramente pragmático, pronto para uso imediato.

A aquisição dos fundamentos teóricos para o exercício de uma profissão deve ser inserido num sistema mais vasto que permita interpretar e desenvolver a tradição cultural da sociedade e formar a consciência política dos estudantes.

Actualmente, toma força uma corrente que defende a despolitização do ensino superior e a sua instrumentalização directa à produção [3]. Esta universidade concebida como fábrica, transmitirá, ainda que de forma não explícita, um determinado universo cultural e político/ideológico, sobre o qual não se terá o mesmo controle que se teria, se essa transmissão fosse explicita.

Esta corrente, embora assumindo formas específicas, pode desenvolver-se, pelo menos na Escola de Serviço Social de Lisboa, ao pôr-se em questão o excesso do ensino teórico e o carácter político desse ensino e sobretudo o seu enfeudamento ás correntes Marxistas predominantes no Serviço Social da América Latina. A estas posições alia-se o enfado e o desinteresse da maioria dos estudantes por toda a informação que conotem com política. Temos de dar atenção e debater estas tendências, pois embora reconheçamos que existem problemas na relação entre a aprendizagem do saber, do saber ser e do saber fazer, a causa não reside na excessiva aprendiza-

[3] Habermas, 1989, pág. 1 a 3.

gem da teoria ou no seu enfeudamento a essas correntes. Está, em nossa opinião, na forma pouco sistematizada e pouco coordenada da transmissão da teoria que acarreta sobrecarga para os alunos e ocupa o espaço que deveria ser dedicado à reflexão crítica e ao debate com vista ao desenvolvimento das capacidades e atitudes. Por outro lado, a confusão frequente entre instâncias de aprendizagem teórica e prática e as deficientes condições pedagógicas, dificultam ainda mais o equilíbrio entre as três dimensões da aprendizagem.

Com risco de regressarmos ao estatuto de simples técnicos, preparados para o agir mas não para o agir pensado, não podemos descurar a formação teórica nem retirar a esta a dimensão cultural e política.

A formação política que defendemos não significa partidarização ou imposição de uma visão do mundo, mas sim a aquisição numa perspectiva crítica de informação necessária à compreensão do desenvolvimento da cidadania, sem escamotear as circunstâncias e forças que contribuíram para este desenvolvimento; relaciona-se com a aquisição de informação, sobre as lutas que se travaram em defesa dos Direitos do Homem e sobre as correntes de pensamento e o seu contributo para essas lutas; relaciona-se também com o desenvolvimento da reflexão metafórica sobre o sentido do desenvolvimento do Serviço Social no que diz respeito à sua visão do mundo, à sua relação com a prática e concretamente com o desenvolvimento da cidadania.

A formação política e o debate político deve ainda preparar os estudantes para a aprendizagem do funcionamento democrático que deverá eliminar toda a força que não seja a do melhor argumento e em que a decisão da maioria deve ser aceite apenas como substituto do consenso não conseguido por impossibilidade de continuar a discussão. Esta forma de funcionamento democrático deve aplicar-se tanto ao trabalho científico como à tomada de decisões práticas [4].

A formação cultural e política deve ser complementada pelo desenvolvimento de incentivos à participação em organizações de estudantes, na gestão democrática das escolas e em outras associações e movimentos que lutam pela defesa dos direitos dos cidadãos, pela qualidade de vida e do ambiente. Essa participação dever repercutir-se pela atribuição de créditos na valorização curricular dos estudantes.

---

[4] Habermas, 1988, pág. 7.

A formação cultural e política para ser coerente deve assentar na prática das escolas, como instituições intervenientes, no apoio directo a associações e movimentos de defesa do cidadão, no fomento ou incentivo à criação de novas associações, nas tomadas de posição públicas sobre situações de marginalizarão e exclusão social, no tornar visáveis novas carências e no identificar formas de acção inovadoras.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E SUA DIFUSÃO E UTILIZAÇÃO

A produção do conhecimento - uma das funções do Ensino Superior - torna-se particularmente premente com a aquisição da licenciatura e do grau de mestre. Aparece como um dos indicadores da avaliação do Ensino Superior, sendo fundamental para a afirmação da formação em Serviço Social, no contexto universitário. Porém, por muito importantes que sejam os aspectos formais, não é com eles que estamos hoje preocupados mas sim com o contributo que a produção de conhecimentos pode dar ao processo de especificação dos Direitos do Homem e ao seu alargamento a novos sujeitos, na avaliação da eficácia da intervenção dos Assistentes Sociais na questão da cidadania e na construção de modelos alternativos de intervenção. Sem a produção do saber estaríamos condenados a ler a realidade pela perspectiva de outros e a ficar confinados à dimensão interventiva da profissão.

Se por um lado a produção do conhecimento científico, muito recente na nossa profissão, por outro, temos a sorte de acontecer num contexto em que começa a ser clara a necessidade de se priorizarem as ciências sociais e humanas, de se democratizar a produção do saber e de se corresponsabilizar cientistas e cidadãos pela aplicação dos seus resultados [5].

Pela necessidade de ruptura com o senso comum, a produção do saber tem ficado confinada às comunidades cientificas retirando aos cidadãos a capacidade de participar, enquanto actividade cívica, no desenvolvimento da sociedade e na construção de regras para viver sabiamente [6]. Esta situação poder alterar-se se os cientistas adquirirem a capacidade de usar o saber para revalorizar outras formas de saber não cientifico, tornando-se a universidade um espaço privilegiado de encontro de saberes [7]. Nesta nova situação o saber passar a ser valorizado pela sua utili-

[5] Santos, 1994, cap. 8, pág. 193-200.
[6] Santos, 1994, cap. 8, pág. 193-200.
[7] Santos, 1994, cap. 8, pág. 193-200.

dade social, na medida em que for usado pelos cidadãos para a construção solidária dum mundo orientado pela ética e em que a técnica, vista como meio, que oferece vantagens e riscos, que devem ser calculados, através de processos democráticos.

A capacidade que a universidade demonstrar de abertura ao exterior, ultrapassando o seu tradicional elitismo de classe, será o melhor indicador da sua democratização.

Estas considerações sobre as tendências desejáveis para a investigação na universidade, tão caras à nossa profissão, por se referirem a valores, que pelo menos idealmente, sempre temos defendido, vêm reforçar algumas linhas orientadoras para a investigação nas escolas de Serviço Social, promissoras em relação ao desenvolvimento da cidadania:

- A escolha dos objectos de investigação deve obedecer a critérios de utilidade, priorizando as preocupações da prática profissional, nomeadamente a necessidade de esclarecer processos de exclusão que esta sociedade continuamente produz;

- Essa escolha, a programação das investigações e a sua concretização, devem contar com a participação directa dos vários sujeitos implicados (profissionais, dirigentes e clientes);

- Os resultados devem ser discutidos entre investigadores e sujeitos implicados e conduzir à elaboração de projectos de intervenção; as escolas devem participar na elaboração, execução e avaliação desses projectos, dando assessoria técnica, realizando acções de formação ou novas investigações, procurando articular de forma útil o saber cientifico e a prática profissional;

- Professores e alunos devem estar implicados directamente nestes projectos que servirão de espaço privilegiado para aferir a relação da teoria com a prática.

AS RELAÇÕES COM O EXTERIOR

No contexto do Ensino Superior, as Escolas de Serviço Social mantêm relações privilegiadas com o exterior nomeadamente com dezenas de instituições onde os alunos realizam os seus estágios e trabalhos de investigação. Esse contacto mantém-se ainda através dos departamentos de Formação Permanente e de Pós-Graduação.

Destas relações advêm vantagens para as instituições a quem são prestados serviços e para as escolas, na formação dos seus alunos.

A questão que coloco é, em que medida essas relações são suficientemente rentabilizadas através de projectos comuns de forma a permitirem:

- A sistematização das práticas mais inovadoras e a sua difusão;
- O envolvimento de profissionais, estudantes e professores, através de formas de parceria vantajosas para todas as partes;
- O alargamento da prestação de serviços por parte das escolas, nomeadamente através de actividades de assessoria técnica, supervisão e investigação.

As relações com o exterior não podem resumir-se aos locais de estágio. As escolas devem estreitar as relações entre si e com as organizações profissionais, apoiando as suas iniciativas e solicitando-lhes parecer sobre a Política de Formação. Escolas e organizações profissionais deverão formar opinião e tomar posição pública sobre problemas importantes para a profissão e para grupos de população privilegiados pela nossa intervenção. Estas relações pressupõem um trabalho sistemático em conjunto.

As Escolas de Serviço Social deverão inserir-se no espaço universitário, participando no debate da Universidade sobre si própria, realizando protocolos de colaboração para acesso a bibliotecas e centros de documentação, bem como para a troca de professores para leccionar determinadas matérias sobretudo a nível de Pós Graduação e para a realização em comum de projectos de investigação.

Por último, parece-nos fundamental que as escolas participem em organizações que defendam os Direitos do Homem, a protecção dos animais e do ambiente e fomentem a criação de espaços de debate sobre estas questões.

A GESTÃO DEMOCRATICA E O TRABALHO EM CONJUNTO

A gestão democrática das escolas não pode desligar-se do processo mais geral de democratização da sociedade, que condiciona o seu funcionamento interno. Apesar disso, aproveitando os recursos legais ao nosso dispor, poderemos transformar sua gestão interna num importante instrumento para aprendizagem da cidadania.

---

[8] Santos, 1994, cap. 8.

Por outro lado, a democratização interna parece-nos ser uma condição essencial para que as escolas possam enfrentar os múltiplos desafios que hoje se lhes colocam — desafios de natureza global, que atravessam todo o espaço universitário [8] e dos quais não nos podemos alhear e outros mais específicos, relacionados com a nossa trajectória profissional. Para isso, não basta que a gestão democrática se limite ao cumprimento de rituais eleitorais e ao funcionamento de determinados órgãos mais ou menos representativos dos diferentes interesses. E necessário, em nosso entender, que se crie e desenvolva uma cultura democrática viva, porque sem ela, os órgãos de gestão esvaziam-se, os seus actos perdem o sentido, acabando por ser menos eficazes do que os de uma gestão autocrática.

A criação de uma cultura democrática viva, não possível sem o envolvimento dos alunos na vida das escolas e a sua participação na definição de normas pedagógicas e no controle da sua aplicação, no debate de questões importantes sobre o processo de ensino/aprendizagem, sem a sua auto-organização e participação no movimento associativo. O envolvimento dos estudantes na vida da escola pode ser, em nosso entender, potenciado, pelos seguintes aspectos:

— Comportamento dos docentes e sua relação com os estudantes;

— Desenvolvimento de condições materiais e pedagógicas;

— Desenvolvimento de práticas de gestão baseadas na transparência, na salvaguarda dos interesses institucionais e no estímulo ao trabalho colectivo.

O comportamento dos docentes e a sua relação com os estudantes

Os docentes condicionam o comportamento dos estudantes pela relação privilegiada que mantêm com estes. Cabendo-lhe a organização e direcção do processo de ensino/aprendizagem e nomeadamente do processo de avaliação, são os principais responsáveis pela criação de uma cultura democrática nas escolas. Para isso o espaço/aula dever ser organizado de forma a permitir aos alunos serem sujeitos no seu processo de aprendizagem e maturação e motivá-los para intervir na vida da escola e na sociedade, o que pressupõe por parte dos professores um nível de coerência e rigor em relação ao cumprimento de requisitos científico/pedagógicos básicos, tais como:

— distribuição atempada do programa da disciplina, clarificador quanto a exigências de aprendizagem, conteúdos e apoios bibliográficos, métodos de ensino/aprendizagem e formas de avaliação.

— estabelecimento de uma relação contratual, que clarifique responsabilidades mútuas quanto a condições do ensino/aprendizagem, participação dos alunos e formas de avaliação.

— cumprimento de normas em vigor na escola, definidas e aceites democraticamente, nomeadamente o Regulamento de Avaliação de Conhecimentos, especialmente no que diz respeito à informação e registo atempado dos resultados da avaliação dos estudantes.

— estímulo e respeito pelo trabalho independente dos estudantes, não lhes impondo aulas ou tarefas não previstas, cumprindo o horário estabelecido ou avisando-os antecipadamente quando não possa comparecer.

— criação de espaço para reflexão e troca, partindo do principio que o professor não pode ensinar tudo e que por isso o fundamental ser ensinar a aprender e a pensar.

— disponibilidade para apoiar os alunos fora da aula, na preparação de trabalhos para apresentar ao colectivo, ou na preparação de instrumentos para recolha de dados no exterior, assumindo a responsabilidade pela qualidade desses trabalhos.

— contribuição para o desenvolvimento na escola de um clima de trabalho gratificante, assente no respeito mútuo, na solidariedade, numa atitude intelectual crítica e flexível bem como no respeito de normas de ética, propício ao desenvolvimento do sentido de responsabilidade individual e colectiva.

Desenvolvimento de condições materiais e pedagógicas.

O desenvolvimento duma cultura democrática não assenta apenas no comportamento dos docentes e na sua boa vontade, exige a criação de condições materiais e pedagógicas básicas tais como:

— espaço de trabalho para alunos, para trabalho de professores com alunos e dos professores entre si;

— constituição de turmas de dimensão adequada em que se torne possível conhecer os alunos;

— estímulos adequados que permitam o envolvimento dos docentes em tarefas de produção de conhecimentos, de dinamização cientifica/cultural da escola e de participação em actividades de extensão comunitária;

— modernização dos serviços, especialmente da Biblioteca e Secretaria Escolar, bem como a criação de um centro de recursos audiovisual.

Estas mudanças exigem a definição de uma política que vise o aumento de receitas pelo recurso à prestação de serviços e à participação em projectos financiados, assim como a definição de critérios mais rigorosos para acesso ao curso e o alargamento de medidas de apoio aos estudantes com dificuldades.

Desenvolvimento de práticas de gestão baseadas na transparência, na salvaguarda dos interesses institucionais e no estímulo ao trabalho colectivo

Como dissemos a gestão democrática esvazia-se se limitada ao processo eleitoral periódico, seguido de um desinteresse generalizado. Deverão então, os órgãos eleitos, encontrar meios para que o seu trabalho não se isole da comunidade escolar mas antes se apoie nela. Entre esses meios destacamos:

— a informação regular sobre o que está em jogo em cada momento, tornando transparentes as decisões que se vão tomando;

— a criação de canais organizados para circulação da informação e auscultação prévia à tomada de decisões importantes;

— a institucionalização de horários de atendimento abertos a todos, que permitam resolver rapidamente algumas disfunções, bem como o troca de informações sobre o funcionamento da escola;

— O incentivo a formas de trabalho colectivo, o debate de temas de interesse geral e de questões de natureza pedagógica, desenvolvimento de programas para assinalar acontecimentos significativos.

Medidas como as assinaladas contribuirão para criar dinamismos que transformarão a escola num local onde se ensina e aprende, onde se debatem ideias e práticas onde se produz conhecimento e sobretudo onde se aprende a agir democraticamente.

Em síntese, a prática da transparência, tornada possível por uma informação permanente e a dinamização de formas de trabalho colectivas garantirão o desenvolvimento de uma cultura democrática e a salvaguarda dos interesses institucionais que em nosso entender passam, nesta fase, pelo enfrentar dos seguintes desafios:

— melhoria da qualificação dos docentes

— desenvolvimento da produção do conhecimento

— revalorização e aprofundamento das relações com o exterior.

CONCLUSÃO

Reafirmamos a convicção de que a democratização interna das escolas de Serviço Social é fundamental para a aprendizagem da cidadania e condição para o enfrentar dos desafios que hoje se lhes colocam.

Não querendo defender um estatuto especial para a nossa profissão, não há dúvida que, pelo facto de diariamente lidarmos com populações excluídas ou em risco de exclusão, nos é conferida uma responsabilidade especial na luta pela cidadania, contra as diferentes formas de exclusão, que esta sociedade constantemente segrega.

As escolas de serviço social não cumprirão os seus objectivos se não prepararem teórica e praticamente os futuros profissionais para enfrentar esta questão fundamental da sua prática. Para isso, têm de tornar-se referências importantes, pelo que ensinam, pelo seu funcionamento interno e pelas relações que mantêm com o exterior.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto — *A Era dos Direitos*, Editora Campus, 1992.

CRISTOVÃO, Artur e Portela, José — *A Extensão Rural e a Universidade: Contributo para uma reflexão*, in Publicações "Universidade de Évora", Cadernos de Extensão Rural n.° 1, 1992.

FALCÃO, Maria do Carmo — *A Prática Social na Modernidade*, in, Intervenção Social n.° 4, Edição ISSS, 1986 pág. 9 a 30.

HABERMAS — Jûrgem, *Toward a Rational Society, Cambridge*, Polity Press, 2.ª Edição, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa — *Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento, 3.ª Edição 1994.